Acórdão: 24.974/25/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 16.019644677-95
Impugnação: 40.010158434-24
Impugnante: A B R Indústria e Comércio de Telhas e Ferragens Ltda
CNPJ: 10.381876/0001-89
Origem: DF/Extrema

EMENTA

RESTITUIÇÃO – ICMS - IMPOSTO SUPOSTADO POR TERCEIROS. Não reconhecido o direito à restituição pleiteada, em face das disposições contidas no art. 166 do Código Tributário Nacional – CTN c/c o art. 125, § 3º, da Parte Geral do RICMS/23, haja vista que a Impugnante não comprovou ter assumido o encargo financeiro, bem como não demonstrou estar expressamente autorizada a pedir a restituição por aquele que o suportou. Correta a denegação do pedido de restituição.

Impugnação improcedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Requerente pleiteia da Fazenda Pública Estadual, conforme documento de fl. 02, a restituição dos valores pagos relativamente ao ICMS, referente a abril de 2024, ao argumento de que o pagamento teria sido efetuado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) incorreto, passando a informar o CNPJ que deveria ter sido utilizado.

O Delegado Fiscal, em Despacho de fls. 34, com base no parecer da Fiscalização às fls. 29/33, indefere o pedido.

Inconformada, a Requerente apresenta, tempestivamente e por seu representante legal, Impugnação à fl. 37/v, contra a qual a Fiscalização manifesta-se às fls. 63/68.

DECISÃO

Conforme relatado, trata-se de requerimento de restituição dos valores pagos relativamente ao ICMS, referente a abril de 2024, ao argumento de que o pagamento teria sido efetuado no CNPJ incorreto, passando a informar o CNPJ que deveria ter sido utilizado.

No Despacho, às fls. 33 dos autos, o Delegado Fiscal de Extrema indeferiu o pedido, tendo em vista que a Impugnante não demonstrou nem comprovou haver assumido “o respectivo encargo financeiro dos tributos objeto do pedido de restituição em epígrafe, nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional (CTN) c/c o art. 92, § 3º, da Parte Geral do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

43.080/2002 / art. 125, § 3º, da Parte Geral do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 48.589/23”.

Cabe destacar que, conforme o inciso II do parágrafo único do art. 28 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA, o pedido de restituição de indébito tributário depende de requerimento do interessado, que o instruirá com os documentos necessários à apuração da liquidez e certeza da importância a restituir.

RPTA

Art. 28. O pedido de restituição de indébito tributário depende de requerimento do interessado, protocolizado na Administração Fazendária ou no Núcleo de Contribuintes Externos do ICMS/ST a que estiver circunscrito, indicando as informações relativas ao recolhimento indevido e, sempre que possível, o valor a ser restituído.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, o interessado instruirá o requerimento com:

(...)

II - documentos necessários à apuração da liquidez e certeza da importância a restituir.

A Impugnante apresenta os comprovantes bancários de pagamento e os respectivos Documentos de Arrecadação (DAEs) dos valores a restituir, que foram consolidados em tabela colacionada na Manifestação Fiscal, às fls. 64 dos autos.

De acordo com a tabela mencionada, pode-se verificar que a Requerente não assumiu o respectivo encargo financeiro dos tributos objeto do pedido de restituição em epígrafe, no período de abril de 2024, nos termos do art. 166 do CTN c/c o art. 125, § 3º, da Parte Geral do RICMS/23, pois os recolhimentos dos DAEs foram debitados de conta corrente cujo titular é a empresa STEEL MINAS I C TELHAS.

Essa comprovação se verifica nos comprovantes bancários juntados na Impugnação (fls. 65/67) e respectivos DAEs, como apresentado pela Fiscalização em sua manifestação.

Portanto, conforme os comprovantes bancários apresentados pela Requerente, ficou demonstrado que esta não assumiu o respectivo encargo financeiro dos tributos objeto do pedido de restituição em epígrafe, ou demonstrou estar expressamente autorizada a pedir a restituição por aquele que o suportou, no período de abril de 2024, nos termos do art. 166 do CTN c/c o art. 125, § 3º, da Parte Geral do RICMS/23.

CTN

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

RICMS/23

Art. 125 - A importância indevidamente paga aos cofres do Estado, a título de ICMS, será restituída sob a forma de aproveitamento de crédito, para compensação com débito futuro do imposto, mediante requerimento do contribuinte, instruído na forma prevista no RPTA.

(...)

§ 3º - A restituição do imposto somente será feita a quem provar haver assumido o respectivo encargo financeiro ou, no caso de o ter transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

(...)

Desse modo, a legitimidade ativa para o pedido de restituição cabe apenas àquele que comprove haver suportado o encargo financeiro do pagamento indevido.

Falta à Requerente, portanto, o interesse de agir, no tocante ao direito à restituição do ICMS recolhido, conforme os comprovantes de pagamento bancário apresentados, na medida em que não logrou êxito em comprovar haver suportado o encargo financeiro do pagamento indevido.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CCMG, à unanimidade, em julgar improcedente a impugnação. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Frederico Augusto Lins Peixoto e Mellissa Freitas Ribeiro.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2025.

Gislana da Silva Carlos
Relatora

Geraldo da Silva Datas
Presidente / Revisor

m/D